

Fonseca, Claudia; Rohden, Fabíola; e Machado, Paula Sandrine (org.). *Ciências na Vida: Antropologia da ciência em perspectiva*. São Paulo, Terceiro Nome, 2012: 301pp.

Rodrigo Ciconet Dornelles
(UFRGS)

O livro *Ciências na Vida* é a consolidação de uma rede de antropólogos – não só brasileiros – que trabalham com objetos atravessados pela temática da ciência. Desdobramento de seminário de mesmo nome, “*Ciências na Vida: Antropologia da ciência em perspectiva*”, realizado em 11 e 12 de agosto de 2011, em Porto Alegre, a obra constitui-se como uma afirmação não só da rede que se traduz nos diversos autores que tiveram seus artigos publicados nesta coletânea, mas também do campo de estudos cada vez mais em voga na ciência antropológica brasileira, a chamada a antropologia da ciência, ou, como as próprias organizadoras preferem chamar, “antropologia a partir das ciências”.

Se há algo que articula os diversos artigos que compõem este livro para além da temática é a questão da “posicionalidade”. Esse conceito se refere ao fato de que o conhecimento reflete a perspectiva dos sujeitos que o produzem, e é defendido por Donna Haraway (“*Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*”, *Cadernos Pagu* 5, 1995). Embora esta não seja uma marca explícita de todos os artigos, as organizadoras (no texto “*Antropologia a partir das ciências: reflexões preliminares*”, que faz as vezes de introdução ao que será discutido no decorrer das páginas) são felizes em apontar que a ideia da antropologia da ciência proposta na coletânea não é tanto denunciar as ciências estudadas, mas “interagir e ir além” delas. Nesse sentido, partindo de casos empíricos e, assim, possibilitando que se estabeleçam “redes de discussão em torno da articulação, entre formas de conhecimento, práticas científicas e políticas de intervenção” (:7), o livro trata de consolidar uma perspectiva antropológica que leva a sério o que se diz e se faz no âmbito deste saber-fazer nativo das sociedades ocidentais: a ciência.

Composto em torno de quatro partes, intituladas, respectivamente, “*Trajetórias, interfaces e perspectiva*”, “*Genética e novos modos de ver e intervir na ciência*”, “*Medicalização e gerenciamento dos corpos*” e, por último, “*Produção*

de conhecimento e suas articulações heterogêneas”, a proposta do livro é estabelecer um terreno comum para que, dos casos etnográficos ou das questões teóricas levantadas pelos autores em seus artigos, consolide-se uma perspectiva antro-pológica que problematize a *partir* das ciências – e não *as* ciências em si. É bastante perceptível desde o início da obra que a intenção é, no final das contas, também afetar o próprio conhecimento antropológico e a forma como é produzido, o que ressoa no diálogo de muitas das autoras dos artigos publicados neste livro com a perspectiva feminista dos chamados estudos da ciência e da tecnologia.

A primeira parte, “Trajetórias, interfaces e perspectiva”, composta por três artigos assinados por Sérgio Carrara, Guilherme José da Silva e Sá e Fabíola Rohden, é a menos etnográfica de todas. Em “Antropologia e ciência no Brasil: a construção de um campo”, Carrara reconstrói, desde uma perspectiva explicitamente localizada, a formação do que acabou por se instituir como antropologia da ciência no Brasil. Já em “Entrando em órbita: repensando a agência antropológica e o posicionamento de seus satélites”, um texto altamente reflexivo, Sá incita a antropologia a deslocar-se, descentralizar-se. É a defesa de uma antropologia que, provocada pelo encontro etnográfico, entre em rotação e siga o que ele chama de ‘translação etnográfica’, “um movimento onde não há mais observação de tipo ponto fixo” (:43). Seguindo caminho parecido, “Notas para uma antropologia a partir da produção de conhecimento, os usos das ciências, intervenções e articulações heterogêneas”, de Fabíola Rohden, é um texto bastante propositivo, na medida em que articula uma série de autores em voga no campo intitulado de Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia. A autora procura amarrar uma proposta que, no plano teórico, perceba a ciência como uma rede de associações heterogêneas e no plano político-epistemológico, abandone a retórica denunciante e, ao mesmo tempo, recuse qualquer pretensão de imparcialidade.

O segundo bloco de textos acaba por colocar em evidência o caráter do restante do livro: o de artigos mais propriamente etnográficos. O primeiro dos textos que compõem esta parte e que tratam de objetos empíricos tecnológicos, “Crime, bancos de dados genéticos e tecnologia de DNA na perspectiva de presidiários em Portugal”, de Helena Machado, gira em torno do desenvolvimento da tecnologia de investigação criminal através da genética. Após fazer um recorrido histórico-cultural, Machado busca compreender, no contexto português de aplicação dessa tecnologia, as representações sociais construídas por atores bastante invisibilizados que são parte fundamental desse cenário: os internos do sistema prisional. Um dos artigos mais explicitamente comparativos dos que compõem este livro é “Pacientes de BRCA em Cuba, Grécia e Alemanha: perspectivas comparativas sobre saúde pública, o estado e a reprodução parcial de sujeitos ‘neo-liberais’”, assinado por Sahra Gibbon, Eirini Kampriani e Andrea Zur Nieden. As autoras, ao tratarem de tecnologias genéticas preditivas em três diferentes contextos nacionais, acabam colocando em evidência que as práticas de conhecimento científico e seus efeitos são contextualmente delimitados. Já Marko Monteiro, em “Controvérsias sobre genética e diferença: a pesquisa com câncer de próstata e disparidades raciais”, a partir de pesquisa documental, coloca uma série de questões para as relações estabelecidas entre predisposição genética e disparidade racial em pesquisas sobre câncer de próstata.

O artigo de Ilana Löwy, intitulado “Maternidades, microquimerismo e identidades: os novos ‘laços de sangue?’”, inicia a terceira parte. A autora, em um texto bastante descritivo, retrata as condições tecno-políticas do ressurgimento de uma teoria na área da genética, o microquimerismo. Em “‘Pra quem era cego, era tudo’, ou o ‘divisor de águas’: a chegada do ultrassom no Brasil pela voz de três pioneiros”, Lilian Krakowski Chazan, tendo entrevistado três médicos pioneiros da chegada da tecnologia do ultrassom no Brasil, reconstrói esse cenário histórico, colocando em evidência as posições ocupadas por cada um deles. Além disso, no início do artigo, faz uma breve porém interessante revisão acerca da perspectiva socioantropológica em torno da tecnologia. Daniela Tonelli Manica busca, em “Rudimentos da tecnologia contraceptiva: experimentações, biopolítica e a trajetória de um cientista”, colocar em evidência a vertente política da ciência médica, tendo como pano de fundo etnográfico a trajetória de um importante médico ginecologista brasileiro. O último texto dessa parte é o de Martha Ramirez-Galvez, intitulado “Fabricando bebês, vendendo ilusões”. Nele, a autora aborda um dos temas mais tratados pela antropologia da ciência (especialmente na tradição anglo-saxã), o das ditas novas tecnologias reprodutivas. Entretanto, com um viés explicitamente etnográfico, Ramirez-Galvez coloca em relevo algumas das interessantes particularidades do contexto brasileiro.

A última parte inicia com “Prescrições de gênero via autoajuda científica: manual para usar a natureza?”, artigo em que Fabíola Rohden, lançando mão de conceitos desenvolvidos por Ludwik Fleck e Sheila Jasanoff - como de coletivo de pensamento e co-produção -, analisa empiricamente o que ela chama de “autoajuda científica”, que seria um ramo da literatura de autoajuda ancorada na legitimidade científica. Claudia Fonseca, em “Tecnologias globais de moralidade materna: as intersecções entre ciência e política em programas ‘alternativos’ de educação para a primeira infância”, também parte das ideias de Fleck para analisar os posicionamentos de dois coletivos de pensamento a partir do que ela chama de “tecnologias globais de moralidade materna”, e que estariam expressas em programas como o tratado etnograficamente pela autora: o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul desde 2003 e financiado pela UNESCO. No artigo, a autora analisa as posições adotadas por duas correntes de pensamento que se articulam em torno de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de crianças nos seus primeiros anos de vida. Finalmente, o artigo que encerra o livro, “Ciência, tecnologia e patentes: o regime global de propriedade intelectual”, assinado por Ondina Fachel Leal e Rebeca Hennemann Vergara de Souza, aborda uma tema emergente e que tem um grande impacto global para o contexto de produção do conhecimento científico: o da propriedade intelectual. Dando conta, em um primeiro momento, de questões de cunho mais propriamente contextuais, e tomando, a seguir, um cenário mais empírico, que é da relação entre as patentes de fármacos e a saúde pública no Brasil, as autoras buscam evidenciar o caráter político dessa ordenação jurídica que acaba por incidir e reorganizar as relações de produção do conhecimento científico.

O mérito da coletânea reside tanto na multiplicidade de contextos empíricos discutidos nos diferentes artigos quanto na pertinência das perspectivas antropológicas utilizadas, produzindo reflexões que, ao mesmo tempo, são originais e dialogam com abordagens teóricas já clássicas do campo da chamada antropologia da ciência. Nesse

sentido, faz-se pertinente assinalar, ainda, que o livro constitui-se como um marco para a antropologia da ciência feita no país, na medida em que cumpre a função de adensar ainda mais a rede de antropólogos brasileiros que tratam sobre o tema, além de evidenciar o estabelecimento de vínculos com pesquisadores estrangeiros que têm a ciência como objeto de reflexão antropológica.